

Afonso Arinos não se preocupa com críticas

TERESA CRISTINA
PIMENTA
Correspondente

Rio — "Não estou dando a menor importância ao que diz a imprensa", afirmou o ex-ministro Afonso Arinos de Mello Franco ao comentar as críticas dirigidas às propostas da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Sua preocupação é com o cumprimento da missão que recebeu do presidente José Sarney. Os ataques — acentua — vêm sendo uma constante desde que, aos 20 anos, era promotor de Justiça e servia de alvo aos inimigos de seu pai.

As sugestões inovadoras contidas nos capítulos já debatidos e aprovados em plenário — "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas", "Ordem Econômica" e "Ordem Social" — vêm encontrando resistências externas e internas.

As conclusões a serem sistematizadas no anteprojeto da nova constituição estariam revelando uma tendência estatizante, no sentido de se atribuir ao Estado obrigações com as quais talvez não possa arcar, como a manutenção dos serviços essenciais em caso de greve nestes setores, nacionalização de empresas de capital estrangeiro, nas hipóteses previstas nos planos de desenvolvimento aprovados pelo Congresso Nacional, a paridade aos aposentados, a aposentadoria para a dona-de-casa, estabilidade e FGTS, a jornada máxima semanal de 40 horas, a possibilidade de desapropriação de empresas rurais (latifúndios produtivos), para fins de reforma agrária, a competência da polícia civil para a manutenção da ordem pública e proteção das pessoas e do patrimônio, vigilância ostensiva e atuação como polícia judiciária, entre outras.

Os representantes dos trabalhadores estão satisfeitos com a inclusão no anteprojeto de antigas reivindicações e admitem, inclu-



sive, estar a comissão realizando o debate que caberia, em primeiro lugar, aos partidos e aos políticos. Anima-os ainda a perspectiva de que o documento servirá, pelo menos, como parâmetro para os constituintes.

Os empresários não aprovam a linha adotada pela comissão e acenam com expectativas sociais pessimistas em decorrência das sugestões a serem encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. A política nacionalista de ajuste do capital estrangeiro aos interesses do País e a ampliação dos espaços do trabalhador preocupam a classe empresarial.

Pelo lado dos militares — como ficou evidenciado nas declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves e dos chefes militares — a visão é pouco solidária. As Forças Armadas não admitem abandonar a tradicional garantia dos "poderes constituídos, para assegurarem os 'poderes e a ordem constitucionais'". Segundo Afonso Arinos, acatar a argumentação dos militares seria permitir que as Forças Armadas constituíssem o poder, como fizeram no passado. A deliberação da comissão foi tomada em reunião realizada em abril, mas somente agora os setores diretamente interessados questionaram os artigos aprovados.

As discrepâncias das teses defendidas pelos conselheiros não chegaram até aqui a tornar-se um obstáculo intransponível na realização dos debates e para a tomada de decisões, mas elas transpiram pelos

órgãos de comunicação através de uma ou outra declaração ou até mesmo de artigos assinados por alguns deles. O fato é que cada um procura deixar seus posicionamentos muito bem explicitados e não são raros os pedidos de declaração de voto. Outro artifício é simples abstenção, justificando a ausência à sobreposição de compromissos. Uma dificuldade assim explicaria a atitude daqueles que tentaram argumentar contrariamente ao esforço concentrado previsto para o período compreendido entre 29 de junho e 12 de julho em Itaipava, distrito do município de Petrópolis, a pouco mais de uma hora do Rio.

Ao grupo que integra a comissão por escolha de Tancredo Neves, composto por 33 pessoas, foram acrescentados outros 17 nomes, indicados pelo presidente Sarney. E deste total, para efeito prático — isto é, estabelecimento de quorum — são considerados membros efetivos 44 conselheiros, já excluídos aqueles nomeados ministros de estado: Raphael de Almeida Magalhães, Paulo Brossard e Celso Furtado (comparece às sessões, conforme sua agenda) e o ex-deputado Célio Borja, que pediu desligamento em virtude de sua indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal. O empresário Antônio Ermirio de Moraes e o ex-senador Josaphat Marinho, ambos em campanha política em São Paulo e Bahia, respectivamente, também tiveram sua participação dificultada.

A comissão, deveria reunir-se cada vez em um Estado, para fomentar o debate localizado. Contudo, estes deslocamentos se revelaram impraticáveis, dando-se preferência às reuniões mensais no Rio. "Seu objetivo, no entanto, estaria sendo cumprido, na medida em que em torno do anteprojeto em elaboração está se dando uma ampla discussão preparatória para a Constituinte.

Esquerdas defendem fim da tutela

A decisão dos ministros militares de rejeitar a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais no sentido de restringir as funções das Forças Armadas à defesa da soberania nacional, foi só uma pequena mostra do que vem por aí, quando a Assembleia Nacional Constituinte estiver em pleno funcionamento, no ano que vem. De um lado, os militares não admitem sequer discutir a possibilidade de perda de espaço na nova Constituição; e de outro lado, os setores à esquerda entendem que se deve colocar um ponto final na "tutela militar" aos poderes constituídos: é o confronto.

Os comunistas, por exemplo, entendem que a democratização do País passa, invariavelmente,

pela "necessidade de esse processo permear as Forças Armadas, rompendo com a doutrina de segurança nacional e redefinindo o seu papel", como diz o deputado Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro (PCB-PE).

O Partido dos Trabalhadores segue a mesma linha de raciocínio dos comunistas e é amplamente favorável à proposta da Comissão. O vice-líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP) afirmou que "ao se pronunciar sobre política, enquanto instituição, as Forças Armadas dão uma prova mais do que clara de que ainda tutelam o Governo, mesmo que indiretamente".

Na Constituinte, o PT também vai posicionar-se a favor de que as Forças

Armadas sejam definidas como instituições nacionais, organizadas "com base na hierarquia e na disciplina, dentro dos limites da lei, para a defesa da Nação contra o inimigo externo".

Já o PDT, embora considere "boa" a sugestão de limitar o papel das Forças Armadas à guarda do território nacional contra ameaças externas, não tem ainda uma proposta definida. Acha que uma proposta concreta deve surgir de baixo para cima, e para isso, sugere um amplo debate junto à opinião pública, como esclarece o vice-líder na Câmara, deputado Amaury Müller (RS), que defende também uma melhor explicitação das atribuições das Forças Armadas.

Sarney apóia ação dos militares

JOAQUIM MONTEIRO
Da Editoria Nacional

Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, engajados em campanha pela permanência do papel das Forças Armadas na Nova Constituição, tal como se insere na atual Carta Magna do País, já expressaram seu posicionamento ao presidente José Sarney durante últimos despachos no Palácio do Planalto, segundo informou ontem um assessor da Presidência. O informante acrescentou que o Presidente, que é o chefe supremo das Forças Armadas, de acordo com dispositivos constitucionais, dará respaldo à posição militar.

Os chefes militares, antes de levarem o problema ao presidente Sarney, ouviram inicialmente os membros efetivos dos seus respectivos Altos Comandos. Na reunião do dia 9, os ministros militares, por unanimidade, formalizaram a posição contrária à alteração dos artigos 90, 91, 92 e 93 da atual Constituição, que tratam das funções das Forças Armadas como organização militar.

O art. 91, que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais altera a sua redação, define a destinação, retirando-lhes a atribuição de guardiães da segurança interna. Esse é o dispositivo mais importante no contexto do papel das Forças Armadas, o qual os militares não permitem alteração, por se tratar de uma tradição da República. Os militares da Aeronáutica e Marinha, menos radiciais, até admitem modificações do art. 92, que trata da prestação do serviço militar, que podendo estender sua obrigatoriedade às mulheres e aos eclesíasticos na Nova Constituição, que na atual libera esse segmentos de sua obrigatoriedade em tempo de paz.

Para uma alta patente do Exército, embora o projeto da Comissão mantenha nos encargos do Presidente, o

de chefe Supremo das Forças Armadas, um dispositivo que lhe permite acionar as forças armadas no emprego de assegurar a ordem interna, em caso de um caos político-social, incorre no risco da autoridade máxima do País fraquejar no comando da política interna, respaldando os desmandos, fato que obrigaria as Forças Armadas a assumirem o papel de sua atual destinação constitucional, indo de encontro ao próprio chefe da Nação, como aconteceu em 1964, com a deposição do presidente João Goulart, que era naquele momento, ainda de acordo com a Constituição, o chefe Supremo das Forças Armadas.

Segundo um militar com assento no Alto Comando do Exército, os constituintes incorrerão num grande risco se aprovarem o anteprojeto da Comissão, na parte que retira das Forças Armadas o seu papel na segurança interna, argumentando: as polícias militares e civis, não estão suficientemente preparadas para missão dessa envergadura, são, quase sempre, segundo exemplos amplamente conhecidos, elementos utilizados a serviço da política de governadores estaduais fato que leva os militares a não confiar na sua imparcialidade.

ESTRUTURA

"Além da preparação da mentalidade dos militares, voltada para essa filosofia de segurança interna e externa, existe toda uma estrutura militar implantada no vasto continente brasileiro, elaborada dentro da moderna concepção estratégica de segurança na terra, no mar e no ar que seria gradualmente desprezada, se retirarem da Constituição o papel das Forças Armadas", afirmou ontem um oficial-general da área do Estado-Maior.

Segundo a mesma fonte, na recente redivisão territorial militar, medidas fo-

ram tomadas tendo em vista o plano estratégico do Exército, que ao longo dos anos estuda os problemas de conflito do campo, suas áreas sensíveis e as soluções adequadas dentro do contexto de segurança interna. Exemplo disso, foi a retirada da região do Bico do Papagaio, considerada área sensível a conflitos pela posse de terras, da jurisdição do Comando Militar do Planalto, que mantém unidade de tropa muito distante da área, para o Comando Militar da Amazônia, que sedia tropas nas proximidades, o Batalhão de Infantaria de Selva de Marabá.

O plano da redivisão, que transformou os antigos Exércitos em Comandos Militares de área, levou em consideração, em primeiro lugar, a política de segurança interna e externa, nas áreas fronteiriças, deslocando unidades de pontos considerados não prioritários do ponto de vista estratégico, para outros onde a ausência de unidade tornavam vulnerável sua segurança.

TRABALHO

Coesos na defesa do papel das Forças Armadas na nova Constituição, os ministros militares vão encetar trabalho junto aos congressistas, de forma direta e através dos seus assessores parlamentares, visando rejeitar o anteprojeto elaborado pelos notáveis na parte que altera as funções das Forças Armadas.

Os primeiros parlamentares a serem procurados serão os senadores detentores de mandatos de oito anos, constituintes naturais sem disputar a reeleição, seguindo-se os deputados e senadores que têm sua reeleição prováveis representantes de bancada do Distrito Federal no Congresso, mais próximos do poder, já estão sendo procurados com esta finalidade quando comparecer a solenidade no âmbito militar.